
 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)		Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
31210585141		2062			

**1 - REQUERIMENTO**

**ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**

Nome: BHS KRIPTOS - SOLUCOES DE NEGOCIOS LTDA  
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP  
  
 MGP2100784977

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

BELO HORIZONTE  
Local

24 SETEMBRO 2021  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
 ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data                      Responsável

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data                      Responsável

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência <input type="checkbox"/>	3ª Exigência <input type="checkbox"/>	4ª Exigência <input type="checkbox"/>	5ª Exigência <input type="checkbox"/>
---	--	--	--	--

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_      \_\_\_\_\_  
Data                      Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência <input type="checkbox"/>	3ª Exigência <input type="checkbox"/>	4ª Exigência <input type="checkbox"/>	5ª Exigência <input type="checkbox"/>
---	--	--	--	--

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_      \_\_\_\_\_  
Data                      Vogal                      Vogal                      Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

**OBSERVAÇÕES**


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8838158 em 07/10/2021 da Empresa BHS KRIPTOS - SOLUCOES DE NEGOCIOS LTDA, Nire 31210585141 e protocolo 217040551 - 06/10/2021. Autenticação: EC869A696D87CC4294F0AAE978E9F5DB40C72DA2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/704.055-1 e o código de segurança gfUi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/10/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
 MARINELY DE PAULA BOMFIM  
 SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/704.055-1	MGP2100784977	28/09/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
634.675.006-25	HELBERTH CAVALCANTE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**BHS KRIPTOS – SOLUÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA.**  
**NIRE: 3121058514-1**  
**CNPJ: 24.259.739/0001-80**

Por este instrumento particular, os abaixo assinados:

**BHS SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA.** (anteriormente denominada “Belo Horizonte Sistemas LTDA”) com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.343, 4º andar, Bairro Santa Lúcia, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30.350-577, inscrita na Junta Comercial de Minas Gerais sob NIRE nº 3120473203-0 em 03/11/1994 e perante o Ministério da Fazenda sob CNPJ/MF nº 00.276.225/0001-75 (“**BHS SOLUÇÕES**”), neste ato devidamente representada por seu sócio-administrador, o Sr. André Da Cunha Peixoto Xavier, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, analista de sistemas, nascido em 30 de abril de 1979, portador da carteira de identidade nº MG-10.484.692, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.500.206-00, residente e domiciliado em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Rua da Mata, nº 80, apto 901-B, bairro Vila da Serra, CEP 34.006-086; e

**HELBERTH CAVALCANTE SOARES**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº M-4.015.685 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 634.675.006-25, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG na Rua Castigliano, número 282, Apartamento 601, bairro Padre Eustáquio, CEP 30.720-402 (“**HELBERTH CAVALCANTE**”).

Únicos Sócios da Sociedade Empresária Limitada denominada **BHS KRIPTOS – SOLUÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA.** (“SOCIEDADE”), com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.343, Sala 300 C, Bairro Santa Lúcia, CEP 30.350-577, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.259.739/0001-80, com Contrato Social registrado e arquivado em 26/02/2016 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3121058514-1, resolvem proceder a **2ª alteração contratual da SOCIEDADE**, que se regerá pela Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO - ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE**

1.1 Os Sócios resolvem alterar o endereço da sede da SOCIEDADE, passando a Cláusula Primeira do Contrato Social a vigorar conforme a seguinte redação:

*“CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FILIAIS “*

*A SOCIEDADE gira sob o nome empresarial ‘**BHS KRIPTOS – SOLUÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA**’, tendo sua sede localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.343, 3º andar, Sala 200 V, Bairro Santa Lúcia, CEP 30.350-577.*



*Parágrafo Único – A SOCIEDADE, a critério dos sócios quotistas, poderá abrir, alterar e encerrar filiais, agências, escritórios ou quaisquer outras dependências em qualquer parte no território nacional ou no exterior.”*

## **SEGUNDA ALTERAÇÃO - AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL, CESSÃO DE QUOTAS E INGRESSO DE NOVOS SÓCIOS**

2.1 Os Sócios deliberam o aumento do Capital Social da SOCIEDADE em R\$490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), com emissão de quotas subscritas pelos próprios quotistas, passando o Capital Social da Sociedade, que hoje se encontra totalmente integralizado, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

2.2 O aumento do Capital Social deliberado acima está totalmente subscrito e será integralizado pelos Sócios em moeda corrente nacional no prazo de até 06 (seis) meses, da seguinte forma:

3.2.1 R\$245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) pela sócia BHS SOLUÇÕES; e

3.2.2 R\$245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) pelo sócio HELBERTH CAVALCANTE.

2.3 Após o aumento do Capital Social previsto no item anterior, a Sócia **BHS SOLUÇÕES**, acima qualificada, detentora de 250.000 (duzentas e cinquenta mil) quotas do capital social da SOCIEDADE, cede e transfere 5.000 (cinco mil) quotas de sua titularidade, da seguinte forma:

2.3.1 A título gratuito, 1.250 (mil duzentas e cinquenta) quotas e a mesma quantia, a título oneroso, por meio de conversão prevista no Contrato de Vesting firmado em 18 de agosto de 2021, totalizando 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas de sua titularidade para o Sr. **Danilo Hamdan de Carvalho**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 10/08/1982, analista de sistemas, portador da carteira de identidade MG 12612295, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 058.558.326-94, residente e domiciliado na Rua Catanduva, nº 611, apt. 202, bairro Renascença, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 31.130-600 (“**Danilo**”); e

2.3.2 A título gratuito, 1.250 (mil duzentas e cinquenta) quotas e a mesma quantia, a título oneroso, por meio de conversão prevista no Contrato de Vesting firmado em 18 de agosto de 2021, totalizando 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas de sua titularidade para o Sr. **Lucas Bao Glória**, brasileiro, solteiro, nascido em 18/01/1994, analista de sistemas, portador da carteira de identidade MG 13944748, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 129.145.826-33, residente e domiciliado Rua Dom Joaquim Silvério, nº 144, apt. 101, bairro Coração Eucarístico, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30535-620 (“**Lucas**”).



O Sócio **HELBERTH CAVALCANTE** anui com as cessões ora realizadas, bem como renuncia, em caráter irrevogável e irretratável, a todo e qualquer direito de preferência porventura decorrente da cessão havida acima.

2.4 Ato contínuo, o Sócio **HELBERTH CAVALCANTE**, detentor de 250.000 (duzentas e cinquenta mil) quotas do capital social da SOCIEDADE, cede e transfere 5.000 (cinco mil) quotas de sua titularidade, da seguinte forma:

2.4.1 A título gratuito, 1.250 (mil duzentas e cinquenta) quotas e a mesma quantia, a título oneroso, por meio de conversão prevista no Contrato de Vesting firmado em 18 de agosto de 2021, totalizando 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas de sua titularidade para o **Danilo**, acima qualificado; e

2.4.2 A título gratuito, 1.250 (mil duzentas e cinquenta) quotas e a mesma quantia, a título oneroso, por meio de conversão prevista no Contrato de Vesting firmado em 18 de agosto de 2021, totalizando 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas de sua titularidade para o **Lucas**, também já qualificado acima.

A Sócia **BHS SOLUÇÕES** anui com a cessão, bem como renuncia, em caráter irrevogável e irretratável, a todo e qualquer direito de preferência porventura decorrente da cessão havida acima.

2.5 Diante do aumento de capital, das cessões e transferências ora havidas, o capital social da SOCIEDADE, totalmente subscrito e a ser integralizado pelos Sócios, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, passa a ser assim distribuído entre os Sócios:

<b>Sócios</b>	<b>Quotas</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Participação</b>
<i>BHS SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA</i>	<i>245.000</i>	<i>245.000,00</i>	<i>49%</i>
<i>Helberth Cavalcante Soares</i>	<i>245.000</i>	<i>245.000,00</i>	<i>49%</i>
<i>Danilo Hamdan de Carvalho</i>	<i>5.000</i>	<i>5.000,00</i>	<i>1%</i>
<i>Lucas Bao Glória</i>	<i>5.000</i>	<i>5.000,00</i>	<i>1%</i>
<b>TOTAL</b>	<b>500.000</b>	<b>500.000,00</b>	<b>100,00%</b>

Em virtude do acima exposto, foi aprovada pela unanimidade dos Sócios a nova redação da Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade, conforme disposta na consolidação do Contrato Social abaixo aprovada.

### **TERCEIRA ALTERAÇÃO - REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



3.1 Ato contínuo, os quotistas aprovaram, em caráter unânime, a reforma do Contrato Social da SOCIEDADE, que passa a ter a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**BHS KRIPTOS – SOLUÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA**  
**NIRE: 3121058514-1**  
**CNPJ: 24.259.739/0001-80**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FILIAIS**

A SOCIEDADE gira sob o nome empresarial “**BHS KRIPTOS – SOLUÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA**”, tendo sua sede localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.343, 3º andar, Sala 200 V, Bairro Santa Lúcia, CEP 30.350-577.

Parágrafo Único – A SOCIEDADE, a critério dos sócios quotistas, poderá abrir, alterar e encerrar filiais, agências, escritórios ou quaisquer outras dependências em qualquer parte no território nacional ou no exterior.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL**

A SOCIEDADE tem como objeto social a prestação de serviços na área de informática, quais sejam:

- I- *Prestação de Serviços em cessão de direito de uso de programas de computador, software, consultoria em software e programa de informática;*
- II- *Suporte técnico em software;*
- III- *Representação comercial por conta de terceiros;*
- IV- *Realização de instrução e treinamento na área de informática.*

**CLÁUSULA TERCEIRA – DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

A SOCIEDADE iniciou suas atividades em 29 de Janeiro de 2016, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalmente subscrito e a ser integralizado pelos sócios, distribuído da seguinte forma:

<b>Sócios</b>	<b>Quotas</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Participação</b>
---------------	---------------	--------------------	---------------------





<i>BHS SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA</i>	<i>245.000</i>	<i>245.000,00</i>	<i>49%</i>
<i>Helberth Cavalcante Soares</i>	<i>245.000</i>	<i>245.000,00</i>	<i>49%</i>
<i>Danilo Hamdan de Carvalho</i>	<i>5.000</i>	<i>5.000,00</i>	<i>1%</i>
<i>Lucas Bao Glória</i>	<i>5.000</i>	<i>5.000,00</i>	<i>1%</i>
<b>TOTAL</b>	<b>500.000</b>	<b>500.000,00</b>	<b>100,00%</b>

**Parágrafo 1º** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil.

**Parágrafo 2º** - As quotas do capital social são indivisíveis em relação à SOCIEDADE e a cada quota corresponderá um voto nas reuniões de sócios.

**Parágrafo 3º** - Cada quota dará direito a um voto nas deliberações dos sócios.

**Parágrafo 4º** - O capital social da SOCIEDADE poderá ser aumentado ou diminuído por deliberação dos sócios, observadas as normas legais aplicáveis.

**Parágrafo 5º** - Os sócios terão direito de preferência para subscrever as quotas a serem criadas em caso de aumento de capital da SOCIEDADE na proporção de suas participações societárias, a ser apurada no momento em que ocorrer a deliberação aprovando o mencionado aumento de capital. O prazo para o exercício deste direito não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias a contar da deliberação dos sócios, se todos estiverem presentes, ou da data em que cada um dos sócios ausentes da respectiva reunião for informado, por meio de correspondência cujo recebimento possa ser comprovado, acerca da deliberação de aumento de capital social.

**Parágrafo 6º** - O direito de preferência dos sócios para subscrever as quotas emitidas no caso de aumento de capital poderá ser cedido por qualquer dos sócios aos demais sócios ou a terceiros. Na hipótese de ocorrência da cessão desse direito, o sócio cedente deverá oferecer primeiro aos demais sócios, que terão direito de preferência na proporção de suas participações societárias, a ser apurada no momento em que ocorrer a deliberação aprovando o aumento do capital. O prazo para o exercício deste direito não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias a contar da deliberação dos sócios, se todos estiverem presentes ou da data em que cada um dos sócios ausentes da respectiva reunião for informado, por meio de correspondência cujo recebimento possa ser comprovado, acerca da cessão do direito de subscrição das novas quotas.

**Parágrafo 7º** - Caso não haja interesse dos demais sócios em exercer o direito de preferência aqui tratado, as quotas poderão ser ofertadas a um terceiro, cujo ingresso dependerá da aprovação dos sócios detentores de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da SOCIEDADE.



**Parágrafo 8º** – Sem prejuízo de outras hipóteses legais, caso o sócio remisso não integralize suas quotas nas condições previstas neste Contrato Social ou em deliberação de sócios, os demais sócios da SOCIEDADE poderão, mediante deliberação dos quotistas detentores de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, a seu critério, excluir o sócio remisso ou cancelar a parcela das quotas.

### **CLÁUSULA QUINTA – ADMINISTRAÇÃO**

A administração da SOCIEDADE, bem como sua representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial, será exercida pelo sócio HELBERTH CAVALCANTE SOARES, eleito neste ato como administrador da SOCIEDADE, ficando o mesmo investido de todos os poderes necessários à realização do objetivo social, inclusive o poder de uso do nome empresarial, para o qual assinará **isoladamente**.

Ao administrador caberá os atos abaixo discriminados:

- (i) a assinatura no balanço patrimonial e administrações contábeis e financeiras, com início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada exercício;
- (ii) a assinatura de contratos e assunção de obrigações em nome da SOCIEDADE;
- (iii) a emissão e endosso de cheques;
- (iv) a representação da SOCIEDADE perante instituições financeiras e bancárias, fornecedores e clientes em geral, autarquias e demais repartições públicas federais, estaduais e municipais;
- (v) a alienação de bens da SOCIEDADE;
- (vi) a assinatura de quaisquer documentos necessários à gestão da SOCIEDADE.

**Parágrafo 1º** - A SOCIEDADE poderá nomear, em ato separado ou através de alteração do contrato social, diretores (sócios ou não), os quais, porém, não poderão praticar os atos de administração enumerados acima, exceto caso tais poderes sejam delegados aos diretores nos respectivos atos de nomeação.

**Parágrafo 2º** - A SOCIEDADE também poderá se fazer representar por procuradores que agirão nos limites dos poderes que lhes sejam conferidos, ficando ajustados que todos e quaisquer mandatos conferidos terão prazo de validade não superior a um (um) ano, com exceção dos “ad judiciais et extra”, que poderão ter prazo indeterminado e ser conferidos a um ou mais advogados, que poderão agir conjunta ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação.

**Parágrafo 3º** - Fica expressamente proibido aos sócios, administradores ou não, utilizar-se da empresa, em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais da SOCIEDADE, assim como avalizar ou afiançar obrigações de terceiros, e ainda onerar ou alienar bens imóveis da SOCIEDADE, os quais, se praticados, serão nulos de pleno direito.

**Parágrafo 4º** - A remuneração dos administradores, a títulos de “pró-labore”, será estabelecida pelos sócios, fixada segundo os interesses estratégicos e a possibilidade financeira da SOCIEDADE, respeitando-se sempre as leis vigentes atinentes a esta matéria, devendo ser levada a débito da conta de despesas gerais.

**Parágrafo 5º** - Tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato social, sua destituição ou substituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas





correspondentes, no mínimo, a 2/3 (dois terços) do capital social, e ainda pelo consentimento expresso dos sócios quotistas através de modificação do contrato social.

**Parágrafo 6º** - São irrevogáveis os poderes do sócio investido na administração por cláusula expressa do contrato social, salvo justa causa, reconhecida judicialmente, a pedido de qualquer dos demais sócios.

**Parágrafo 7º** - A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital social não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.

**Parágrafo 8º** - O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido(s) de exercer a administração da SOCIEDADE, por lei especial ou em virtude de condenação criminal cuja pena vede, ainda que temporariamente, o exercício da administração de Sociedades, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, conforme disposto no Artigo 1.011, §12 do Código Civil/2002.

## **CLÁUSULA SEXTA – DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

Exceto se houver outro quórum previsto na legislação aplicável, cuja aplicação seja obrigatória, ou estabelecido neste Contrato Social, o quórum de aprovação de quaisquer matérias sujeitas à deliberação dos sócios, nos termos previstos neste Contrato Social e no ordenamento jurídico vigente, será o de maioria de quotas em que se divide o capital social da SOCIEDADE, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais uma quota do capital social da SOCIEDADE.

**Parágrafo 1º** - As deliberações dos sócios serão tomadas em reuniões, presididas e secretariadas entre os presentes na reunião, sendo lavradas as respectivas atas, as quais deverão ser arquivadas na sede social da SOCIEDADE, bem como arquivadas na Junta Comercial competente se as deliberações nela contidas tiverem que produzir efeitos contra terceiros. Para a validade da ata basta a assinatura dos sócios que formem o quórum necessário para aprovar as deliberações tomadas nas respectivas reuniões.

**Parágrafo 2º** - As reuniões poderão ser convocadas pelo administrador ou dos sócios, mediante envio de comunicação escrita (cujo recebimento possa ser comprovado) por e-mail ou encaminhada para os endereços dos sócios constantes da última alteração do Contrato Social da SOCIEDADE em vigor, devendo ser observado um prazo de antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias. A convocação deverá conter a data, a hora, o local e as matérias a serem deliberadas na reunião a ser convocada (“Reunião de Sócios”). Os requisitos de convocação poderão ser dispensados se todos os sócios estiverem presentes na reunião.

**Parágrafo 3º** - Havendo alteração do endereço de e-mail ou físico de qualquer sócio, este deverá comunicar tal alteração, previamente e por escrito, ao(s) administrador(es), mediante envio de Notificação com Aviso de Recebimento (AR) ao endereço da sede da SOCIEDADE, sob pena de, não o fazendo, ser considerada como recebida a notificação encaminhada conforme disposto no Parágrafo Segundo acima.



**Parágrafo 4º** – A Reunião de Sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social, e, em segunda, com qualquer número. O sócio pode ser representado na Reunião por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados e com a firma do outorgante reconhecida em cartório, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata. Nenhum sócio, por si ou na condição de mandatário, pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente. As Reuniões poderão ser realizadas em qualquer local que seja conveniente para os Sócios, bem como de forma remota, adotando-se as ferramentas de tecnologia necessárias para a perfeita discussão das matérias sujeitas à sua apreciação.

**Parágrafo 5º** – Sem prejuízo de outras disposições previstas neste instrumento, compete privativamente aos sócios aprovar as seguintes matérias:

- (i) examinar, discutir e votar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado do exercício apresentadas pela Administração, sendo que as demonstrações financeiras deverão ser disponibilizadas aos sócios em até 10 (dez) dias antes da reunião que for deliberar sobre o assunto;
- (ii) transformação, fusão, incorporação e cisão da SOCIEDADE, sua dissolução e liquidação (e cessação do estado de liquidação), eleição e destituição dos liquidantes e julgamento das contas desses;
- (iii) aumento e redução de capital social da SOCIEDADE;
- (iv) aquisição de quotas da SOCIEDADE por esta e a cessão de quotas da SOCIEDADE mantidas em tesouraria;
- (v) o pedido de recuperação judicial ou falência da SOCIEDADE;
- (vi) a destituição e eleição de administradores, sócio ou não-sócios.
- (vii) aprovação de abertura ou fechamento de filiais, agências, escritórios, representações ou sucursais em qualquer ponto do território nacional e no exterior;
- (viii) distribuição desproporcional de lucros;
- (ix) celebração de contratos, contratação de empréstimos, financiamentos e assunção de quaisquer obrigações superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), salvo em relação aos contratos firmados no curso normal dos negócios da SOCIEDADE;
- (x) aprovação dos orçamentos anuais e plurianuais da SOCIEDADE;
- (xi) aprovar a contratação de qualquer pessoa cujo valor total de contratação, somados salários, bonificações e quaisquer benefícios, exceto encargos, seja superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por ano, incluindo eventuais bonificações;
- (xii) aprovar a concessão, pela SOCIEDADE, de qualquer garantia, penhor ou qualquer outro ônus em relação a obrigações de terceiros em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (xiii) aprovar a concessão de benefícios ou a redução de valor dos serviços prestados pela SOCIEDADE, em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e



(xiv) alterações no presente Contrato Social.

**Parágrafo 6º** – As deliberações quanto a alterações no contrato social, bem como as indicadas no Parágrafo 5º acima, dependerão de aprovação dos sócios detentores de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da SOCIEDADE.

**Parágrafo 7º** - As reuniões tornar-se-ão dispensáveis quando todos os sócios quotistas decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES, LUCROS E PREJUÍZOS**

O exercício social terá duração de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada exercício, quando deverá ser levantado balanço geral, apurando-se a conta de lucros e perdas, observando-se as prescrições legais pertinentes.

**Parágrafo 1º** - Os lucros ou prejuízos apurados serão divididos ou suportados pelos sócios quotistas na proporção de suas quotas do capital social, salvo deliberações em contrário pelos quotistas detentores de 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social, hipótese em que será permitida a distribuição desproporcional de lucros.

**Parágrafo 2º** - Mediante deliberação dos quotistas, a SOCIEDADE poderá ainda levantar demonstrações contábeis e financeiras intermediárias, até mesmo mensalmente, distribuir lucros apurados, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DISSOLUÇÃO**

Não decorrendo de disposição legal, dissolve-se a SOCIEDADE por decisão dos quotistas detentores de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

**Parágrafo 1º** - Na dissolução da SOCIEDADE, os Sócios detentores de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social poderão, de comum acordo, eleger um liquidante, ditando-lhe a forma e as normas de liquidação. A remuneração do liquidante, ainda que sócio, será arbitrada pelos demais Sócios.

**Parágrafo 2º** - É permitida a dissolução parcial da SOCIEDADE, quando da retirada voluntária de Sócio, nos casos em que tal Sócio não mais possuir interesse em permanecer na SOCIEDADE e nessa hipótese os haveres serão calculados de acordo com o previsto no Parágrafo Segundo da Cláusula Nona, com pagamento nos termos do disposto no Parágrafo Terceiro da aludida Cláusula.

#### **CLÁUSULA NONA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

O(s) sócio(s) da SOCIEDADE não poderá(ão) ceder ou transferir, sob qualquer forma, suas quotas a terceiros ou mesmo a outros(s) sócios(s) sem aviso prévio, por escrito e com recibo de entrega dessa intenção, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ao(s) outro(s) sócio(s) e à SOCIEDADE, ao(s) qual(is) ficará(ão) assegurado(s) o direito de



preferência, em igualdade de preço e condições, para aquisição parcial ou integral das quotas oferecidas, devendo tal direito ser exercido no mesmo prazo.

**Parágrafo 1º** - Caso não haja interesse de nenhum dos sócios, ou se estes não se manifestarem no prazo fixado para aquisição das quotas do sócio ofertante, este poderá transferi-las a terceiros, desde que aprovados pelos sócios detentores de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, o quais deverão observar, em relação ao(s) potencial(ais) ingressante(s) o atendimento dos seguintes requisitos:

- (i) conduta ética e zelosa no exercício dos seus negócios/funções;
- (ii) tenha postura proativa;
- (iii) tenha capacidade de boa-convivência e de desenvolvimento de atividades coletivas;
- (iv) possua reputação ilibada;
- (v) não possua qualquer protesto lavrado contra ele, tampouco alguma anotação/registro junto a órgãos que possa levar à restrição da sua capacidade de tomar crédito;
- (vi) não seja sócio de sociedade que esteja em processo de Recuperação Judicial ou que possua passivos que possam gerar quaisquer impactos sobre o patrimônio do Comprador Potencial.

**Parágrafo 2º** - Caso não exista interesse dos sócios remanescentes pelas quotas ofertadas e, ainda, não houver a aprovação de ingresso de terceiros na SOCIEDADE, o sócio retirante receberá os seus haveres apurados de acordo com o valor econômico da SOCIEDADE, que será calculado mediante a aplicação do multiplicador 5 (cinco) vezes o EBITDA médio da SOCIEDADE nos últimos doze meses.

**Parágrafo 3º** - Verificada a hipótese prevista no Parágrafo 2º acima, os haveres serão pagos pela SOCIEDADE em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a data do recibo de entrega de intenção de cessão ou transferência. As demais parcelas deverão ser corrigidas pelo IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice oficial que porventura venha substituí-lo, acrescidas, ainda, de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

**Parágrafo 4º** - Para que produza efeitos quanto à SOCIEDADE e aos demais sócios, a cessão total ou parcial de quotas a terceiros requer o consentimento dos sócios detentores de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

## **CLAÚSULA DÉCIMA- MORTE DE SÓCIO E OUTROS EVENTOS**

A morte, incapacidade, insolvência, falência, exclusão, expulsão, dissidência, impedimento ou a retirada ou qualquer outro evento impeditivo dos sócios quotistas não implicará, necessariamente, em dissolução da SOCIEDADE, podendo os sócios quotistas remanescentes, mediante novo contrato ou alteração contratual, prosseguir com os negócios da SOCIEDADE.

**Parágrafo 1º** - Na hipótese de falecimento ou interdição de quaisquer sócios, os herdeiros serão aceitos na SOCIEDADE desde que haja a aprovação dos sócios



detentores de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das quotas remanescentes, ficando, entretanto, afastados da administração, salvo deliberação em contrário.

**Parágrafo 2º** - Ocorrendo o falecimento ou interdição de algum sócio sem a admissão dos herdeiros/sucessores no quadro social, os respectivos haveres serão apurados e pagos em montante condizente com o valor econômico da SOCIEDADE, apurado nos termos do Parágrafo Segundo da Cláusula Nona. No caso de separação, divórcio ou desfazimento de união estável de algum sócio, fica vedada a entrada do ex-cônjuge/companheiro na SOCIEDADE, devendo a partilha ser realizada por meio de outros bens do sócio e, na hipótese de a participação societária ser o único bem do referido sócio, deverá ser realizada a apuração de haveres a serem pagos em montante condizente com o apurado nos termos do Parágrafo Segundo da Cláusula Nona.

**Parágrafo 3º** - Verificada a hipótese prevista no Parágrafo Segundo da Cláusula Nona, os haveres serão pagos pela SOCIEDADE em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas anualmente pelo IGP-M, ou pelo índice oficial que porventura vier a substituí-lo.

**Parágrafo 4º** - Na hipótese de a SOCIEDADE vir a contratar e custear seguro de vida em nome de seus sócios, tendo os respectivos herdeiros como beneficiários, o valor da indenização recebida por eles deverá ser descontado do montante total dos haveres do sócio falecido ou interditado, cabendo à SOCIEDADE, neste caso, complementar o pagamento apenas do saldo restante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXCLUSÃO DE SÓCIO**

Na hipótese de descumprimento, por um sócio, das obrigações estabelecidas neste Contrato Social, em eventual Acordo de Quotistas ou na Lei, os sócios detentores de 75% (setenta e cinco por cento) poderão optar pela imposição para o sócio faltoso das seguintes penas, isolada ou cumulativamente: (i) indenização pelo dano; e (ii) exclusão do sócio.

**Parágrafo 1º** - Os Sócios detentores de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social poderão, a qualquer tempo, decidir pela exclusão, por justa causa, de outro Sócio - no caso de este desenvolver atos de inegável gravidade para a empresa, tais como endividamento pessoal, prática de crimes ou delitos que possam comprometer o nome da SOCIEDADE, dar causa a ações judiciais em que a empresa esteja envolvida - cujos haveres serão calculados e pagos conforme disposto no presente Contrato Social. Deverá ser entendida como justa causa, sem prejuízo de outras hipóteses que possam ser cabíveis:

- (i) a falência, a recuperação judicial ou extrajudicial, a insolvência, a incapacidade e o impedimento de qualquer sócio;
- (ii) o descumprimento de qualquer dever de sócio previsto neste contrato ou em lei;



- (iii) o descumprimento de qualquer dever de administrador que seja estabelecido em lei ou neste instrumento se o sócio também ocupar mencionado cargo na SOCIEDADE;
- (iv) Exercício de atividade idêntica ou similar ao objeto social, paralelo à SOCIEDADE;
- (v) O uso indevido do nome ou marca da SOCIEDADE, em qualquer atividade que não seja de estrito proveito da SOCIEDADE e quando não expressamente autorizado pela SOCIEDADE;
- (vi) Divulgação, não autorizada expressamente pela unanimidade dos demais sócios, de técnicas profissionais ou de segredos comerciais ou industriais que sejam de uso exclusivo da SOCIEDADE, ou que componham os métodos e processos de atuação profissional;
- (vii) Qualquer outro ato que venha a contrariar ou colidir com os interesses da SOCIEDADE e/ou com sua imagem perante o mercado, bem como toda e qualquer prática de corrupção, que venha a prejudicar a imagem da SOCIEDADE;
- (viii) A condenação do sócio por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
- (ix) Praticar atos de inegável gravidade e/ou colocar em risco a existência ou a continuidade da SOCIEDADE.

**Parágrafo 2º** - A exclusão de sócio poderá ser requerida, mediante pedido escrito de qualquer sócio, encaminhado à SOCIEDADE, que irá indicar o Relator, ao qual competirá a emissão de parecer fundamentado, a designação de reunião e a convocação dos sócios para votarem sobre o assunto, mediante envio de carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data marcada para referida reunião.

**Parágrafo 3º** - No pedido de exclusão, encaminhado à SOCIEDADE, deverá constar: a indicação do nome completo do sócio cuja exclusão se pretenda; a indicação dos atos que se classifiquem como de inegável gravidade e/ou que configurem justa causa para a exclusão nos termos do Parágrafo Primeiro desta Cláusula; as provas documentais, ou de outra natureza.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXCLUSIVIDADE E NÃO CONCORRÊNCIA**

Os sócios comprometem-se a não concorrer, durante o período em que perdurar o vínculo societário, com os negócios da SOCIEDADE ou de qualquer de suas Sociedades, bem como a não praticarem qualquer ato ou firmarem qualquer acordo de cunho societário, associativo ou laboral, relacionado com terceiros que possa ser conflitante direta ou indiretamente, com os negócios da SOCIEDADE e de suas Sociedades controladoras, controladas, subsidiárias, coligadas ou joint-ventures.





**Parágrafo 1º** - Os Sócios tão somente poderão concorrer ou exercer atividade similar à atividade exercida pela SOCIEDADE, mediante a comunicação expressa e prévia aos demais sócios e obtenção de aprovação de 75% (setenta e cinco) por cento do capital social da SOCIEDADE.

**Parágrafo 2º** - O inadimplemento por qualquer dos Sócios quanto à obrigação prevista nessa cláusula conferirá aos Sócios Inocentes o direito de exigir do Sócio Infrator, devendo prevalecer o que for maior: a) o pagamento, a título de multa, do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), devidamente corrigido pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), ou do índice oficial que porventura venha substituí-lo, com acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês, aplicáveis desde a data em que for verificado o inadimplemento, até o dia em que for integralmente quitado o pagamento da multa; ou b) a alienação não onerosa para o(s) Sócio(s) Inocente(s) de 50% (cinquenta por cento) das Quotas detidas pelo Sócio Infrator no capital social da SOCIEDADE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ARBITRAGEM**

A hipótese de qualquer litígio ou divergência decorrente ou relacionado com este Contrato ou de violação do mesmo, os sócios envidarão seus melhores esforços para dirimir esse litígio ou divergência. Para esse efeito, consultarão e negociarão uns com os outros em boa fé, buscando o entendimento acerca dos seus interesses mútuos, com vista a alcançar uma solução justa e equitativa, satisfatórias para todos, fazendo constar em ata os aludidos esforços. Se não chegarem a uma solução de um prazo de 30 (trinta) dias, então o litígio ou divergência será finalmente dirimido por arbitragem, em conformidade com o regulamento da CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial, de acordo com o disposto na Lei 9.307/96.

**Parágrafo 1º** - O juízo Arbitral será formado por 3 (três) árbitros, sendo que:

- (i) na hipótese de conflito ser entre apenas um sócio e a SOCIEDADE, cada qual terá direito a nomeação de um árbitro e o terceiro será nomeado em conjunto por ambos, ou, na hipótese de não haver acordo dentro de 30 (trinta) dias, nos termos do regulamento da CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial;
- (ii) caso o conflito seja verificado entre os sócios, cada qual indicará um árbitro para a composição da pendência e, sendo o número de árbitros par, o árbitro necessário para a formação do número ímpar será indicado em comum acordo pelos demais árbitros escolhidos, ou, em havendo impasse, conforme previsto no inciso “i”.

**Parágrafo 2º** - A arbitragem terá lugar em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e será conduzida no idioma português.

**Parágrafo 3º** - A sentença arbitral será irrecorrível, não estando sujeita a qualquer apelação, obrigando os sócios e seus sucessores. A decisão disporá sobre custos e despesas da arbitragem e todas demais as questões relacionadas com a mesma.

**Parágrafo 4º** - Para a solução de conflito eventualmente excluído da arbitragem em razão da natureza e para a execução do provimento arbitral ou adoção de medidas eventualmente cabíveis, nos termos da legislação especial, as partes elegem o foro da



comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGÊNCIA SUPLETIVA**

A SOCIEDADE reger-se-à, nas omissões do Capítulo IV (Da Sociedade Limitada) da Lei 10.406/02, supletivamente pelas regras da Sociedade Anônima (Parágrafo Único do Art. 1.053 da Lei 10.406/02).

E, por assim estarem justas e contratadas é mutuamente outorgado este contrato em todas as cláusulas e condições, assinando-se digitalmente, autorizando todos os usos e registros necessários.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2021.

Assinado digitalmente, para fins de registro, pelo Sr. André da Cunha Peixoto Xavier, sócio-administrador da Sócia **BHS SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA.**

Assinado digitalmente, para fins de registro, pelo Sr. **HELBERTH CAVALCANTE SOARES**, sócio-administrador da SOCIEDADE.

Assinado digitalmente, para fins de registro, pelo Sr. **DANILO HAMDAN DE CARVALHO**, sócio ingressante da SOCIEDADE.

Assinado digitalmente, para fins de registro, pelo Sr. **LUCAS BAO GLÓRIA**, sócio ingressante da SOCIEDADE.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/704.055-1	MGP2100784977	28/09/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
035.500.206-00	ANDRE DA CUNHA PEIXOTO XAVIER
058.558.326-94	DANILO HAMDAN DE CARVALHO
634.675.006-25	HELBERTH CAVALCANTE SOARES
129.145.826-33	LUCAS BAO GLORIA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BHS KRIPTOS - SOLUCOES DE NEGOCIOS LTDA, de NIRE 3121058514-1 e protocolado sob o número 21/704.055-1 em 06/10/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8838158, em 07/10/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Viviane Maria Rezende Lara Favarini.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.675.006-25	HELBERTH CAVALCANTE SOARES

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.675.006-25	HELBERTH CAVALCANTE SOARES
058.558.326-94	DANILO HAMDAN DE CARVALHO
129.145.826-33	LUCAS BAO GLORIA
035.500.206-00	ANDRE DA CUNHA PEIXOTO XAVIER

Belo Horizonte, quinta-feira, 07 de outubro de 2021



Documento assinado eletronicamente por Viviane Maria Rezende Lara Favarini, Servidor(a) Público(a), em 07/10/2021, às 09:39 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 21/704.055-1.







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. quinta-feira, 07 de outubro de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8838158 em 07/10/2021 da Empresa BHS KRIPTOS - SOLUCOES DE NEGOCIOS LTDA, Nire 31210585141 e protocolo 217040551 - 06/10/2021. Autenticação: EC869A696D87CC4294F0AAE978E9F5DB40C72DA2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/704.055-1 e o código de segurança gfUi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/10/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL